



A influência das ideias de Paulo Freire no novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica

The influence of Paulo Freire's ideas in the new Professional and Technological Education model

TORRES, Caroline da Silva. Discente do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano- IF Sertão Campus Salgueiro. Salgueiro - PE - Brasil. CEP: 56000-000/ Telefone: (87) 3421.0050 / E-mail: carolpsicoinfo@yahoo.com.br

BEZERRA, Plínia de Carvalho. Discente do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano- IF Sertão Campus Salgueiro. Salgueiro - PE - Brasil. CEP: 56000-000/ Telefone: (87) 3421.0050 / E-mail: plinia.bezerra@hotmail.com

OLIVEIRA, Cristiane Ayala de. Doutora/Tecnóloga em Agroindústria

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano- IF Sertão Campus Salgueiro. Salgueiro - PE - Brasil. CEP: 56000-000/ Telefone: (87) 99664-3349 / E-mail: cristiane.ayala@ifsertao-pe.edu.br

LORENZO, Vitor Prates. Doutor/Farmacêutico

Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano- IF Sertão Campus Salgueiro. Salgueiro - PE - Brasil. CEP: 56000-000/ Telefone: (87) 3421.0050/ E-mail: vitor.lorenzo@ifsertao-pe.edu.br

RESUMO

Este artigo se propõe a analisar a influência das ideias de Paulo Freire e das tendências pedagógicas de que faz parte, no novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) implantado no Brasil, a partir da criação dos Institutos Federais de Educação. Para a realização deste estudo qualitativo, optou-se pela pesquisa bibliográfica mediante levantamento das obras de Paulo Freire e da análise de documentos referentes à lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008 que cria os Institutos Federais e outro elaborado pelo MEC, em 2010, que define os princípios norteadores desse novo modelo educacional. A pesquisa revelou que as ideias de Freire convergem com os objetivos da EPT na atualidade. Elas podem ser observadas nos referidos documentos, através de concepções e diretrizes voltadas para a democratização do ensino, para o desenvolvimento de uma educação comprometida com a formação humana e cidadã que busca a inclusão social, objetivando a construção de um sujeito autônomo, capaz de transformar a realidade social.

Palavras-chave: Institutos Federais, Autonomia, Transformação Social.

ABSTRACT

This paper proposes an analysis of the influence of Paulo Freire's ideas - and of the pedagogical movement in which this author is inserted - in the new Professional and Technological Education model (Professional and Technological Education - PTE) established in Brazil through the creation of the Federal Education Institutes. To carry out this qualitative study, a bibliographical research was chosen, executed through the examination of Paulo Freire's works and the analysis of documents relating to the 11.892 law - enacted in December 29th, 2008 - which created the Federal Institutes, as well as the investigation of a document drafted by the Ministry of Education (Ministério da Educação - MEC) in 2010 which defined the basic principles of this new educational model. The research showed that Paulo Freire's ideas converge with the EPT's goals in the present day. This was observed in the referred documents through conceptions and guidelines relating to the democratization of education and to the development of an education committed to the formation of humane citizens that aims for social inclusion and the promotion of an independent subject who's able to transform social reality.

keywords: Federal Institutes, Autonomy, Social Transformation.



Introdução

A educação constitui-se como um campo complexo, resultado de diferentes teorias epistemológicas que se articulam para buscar respostas às questões educacionais. Sua finalidade assume diferentes contornos de acordo com as transformações sociais, políticas, econômicas e culturais ocorridas ao longo da história, como também segundo as concepções de homem e de sociedade defendidas por teóricos e pesquisadores da área educacional.

Dentre os teóricos, destaca-se Paulo Freire (1921-1997), cujos estudos e pesquisas trouxeram importantes contribuições para o desenvolvimento da educação no país, defendendo um modelo de educação contextualizada, baseada na realidade concreta do aluno, voltada para o desenvolvimento da sua autonomia visando à transformação da realidade social.

Esse educador, filósofo e pedagogo Pernambucano tornou-se conhecido mundialmente pelo caráter transformador de sua pedagogia e pela atuação em busca de uma sociedade mais justa por meio de uma educação humanizadora. Suas ideias educacionais foram inicialmente construídas em torno da Educação de Jovens e Adultos. No entanto, observa-se que elas exerceram também influência sobre várias modalidades de ensino, incluindo a Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, a presente pesquisa voltou-se para a análise da relação entre as ideias de Paulo Freire e a Educação Profissional e Tecnológica. Com o propósito de dar consistência à referida investigação, o estudo baseou-se na seguinte problemática: em quais aspectos é possível observar a influência das ideias de Paulo Freire no novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica?

A fim de responder esse questionamento, optou-se pelo estudo qualitativo de cunho bibliográfico mediante levantamento das obras de Paulo Freire e da análise de documentos referentes à lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais e outro elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 2010, que define a concepção e diretrizes desse novo modelo educacional. Os conhecimentos obtidos por meio desse estudo foram correlacionados aos saberes adquiridos através da leitura de livros, artigos científicos e documentos eletrônicos que versam sobre o tema.

O trabalho apresenta como objetivo analisar a influência das ideias de Paulo Freire e das tendências pedagógicas de que faz parte, no novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) implantado no Brasil a partir da criação dos Institutos Federais de Educação. Para atingir o objetivo proposto, o referido artigo traz, inicialmente, uma visão geral sobre as ideias de Paulo Freire no que se refere às concepções de homem e de mundo, ao papel do professor, à finalidade da educação, às práticas educativas e à tendência pedagógica a qual ele se afilia. Posteriormente expõe, de maneira breve, a história da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil, e, em seguida, aponta os aspectos em que as ideias do teórico se aproximam daquelas defendidas pelo novo paradigma da EPT.

Através do levantamento bibliográfico, verificou-se que ainda são poucos os estudos voltados a identificar a aproximação entre as ideias de Paulo Freire e as novas concepções e as diretrizes da EPT, evidenciando assim, uma lacuna entre as pesquisas que se ocupam dessa questão. O que reforça a relevância no desenvolvimento desse estudo, uma vez que abre possibilidades para



a elaboração de algumas respostas e para o surgimento de novas indagações, respeitando, desse modo, o movimento cíclico da construção do conhecimento científico.

Referencial Teórico

Paulo Freire: Uma Análise das Ideias

O mundo vem passando por amplas mudanças nas esferas culturais, políticas, tecnológicas e econômicas que influenciam a vida da sociedade. Essas permitiram ao Brasil configurar-se dentre as dez maiores economias capitalistas do mundo. Apesar disso, o país vem assumindo as primeiras colocações no ranking da desigualdade social, o que traz como consequência também a desigualdade educacional.

Essas desigualdades tornam o direito à educação escolar no Brasil uma necessidade inconteste, não apenas para superá-las, mas principalmente por se constituir como um processo permanente e indispensável na “construção contínua da pessoa, de seu saber e de suas aptidões, assim como de sua capacidade para julgar e agir” (DELORS, 2010, p.12). Contudo, percebe-se que ainda é um desafio a concretização de uma educação de qualidade, na qual todos tenham acesso e que proporcione uma formação integral.

Um dos teóricos e pesquisadores que perceberam o valor da educação na formação do ser humano e na superação das desigualdades sociais foi Paulo Freire. Analisando suas obras, percebe-se que estas suscitam reflexões e produzem algumas indagações, tais como: qual o papel da educação na superação das desigualdades sociais? Como construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano? Como se constitui uma educação que realize as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias? De que forma podemos desenvolver uma educação que seja libertadora?

Para responder a esses questionamentos faz-se necessário começar compreendendo a visão de homem defendida por Freire. Na perspectiva do teórico, o ser humano deve ser compreendido com um ser em constante processo de evolução e transformação, isto é, inacabado, que sempre está evoluindo e, por isso, vive em constante processo de aprendizagem, traduzido na ideia de que “o inacabamento do ser ou sua inconclusão é próprio da experiência vital. Onde há vida, há inacabamento” (FREIRE, 2017, p. 50).

De acordo com Freire, é esse inacabamento, ou seja, o fato das pessoas nunca estarem completas, sempre necessitando evoluir, que faz a educação acontecer, pois, ao buscarem superar essa incompletude, elas vão modificando suas relações, valores, hábitos e comportamentos. Desta forma, é nesse processo contínuo de aperfeiçoamento ou maturação e busca de conhecimentos novos que reside à educação.

O teórico ainda ressalta que a educação não pode ser compreendida como um ato isolado, mas sim como um processo dinâmico, no qual é necessária a interação entre os sujeitos e entre esses e o mundo, visto que é nessa relação entre o homem e o mundo que os sujeitos vão se com-



pletando e ajudando os outros a se completarem. Da mesma forma que vão se completando, vão ajudando a transformar o mundo com suas atitudes. Partindo dessa concepção, Freire afirma que ninguém educa ninguém, porém ninguém se educa sozinho (BARRETO, 1998). Logo, compreende-se que a educação é um processo social e é por meio dessas interações e das trocas de experiências entre os homens e entre esses e o mundo, que surge a necessidade de se educar para conseguir sua inserção no meio social.

Em seu livro “Pedagogia do Oprimido”, o educador também defende que “através de sua permanente ação transformadora da realidade objetiva é que os homens, simultaneamente, criam a história e se fazem seres histórico-sociais” (FREIRE, 2003a, p. 92). Ao transformar a realidade em que vive, o homem também se transforma, sendo, portanto, sujeito ativo na construção da própria história. Contudo, para que essa construção aconteça, a educação deve ser capaz de formar pessoas críticas e reflexivas, que tenham condições de pensar por si mesmas e de tomar decisões. Isto é, “educação enquanto prática democrática de liberdade, assentada na utilização de um método ativo, fundamentada no diálogo, na crítica e na formação do julgamento” (BERTRAND, 2001, p. 160).

Adepto da Pedagogia Libertadora, Freire acredita que o melhor método para a educação acontecer é por meio do diálogo entre os sujeitos envolvidos no processo educativo, ou seja, o professor não deve ter uma posição dominante em relação ao aluno, mas ambos devem construir o conhecimento de modo dialógico (BERTRAND, 2001). Segundo o teórico, essa forma de educação deve ter como ponto de partida a realidade social do aluno e os conteúdos escolares devem se relacionar com o cotidiano do educando e com suas experiências.

Conforme o pensamento de Freire, essas práticas educacionais nas quais se relacionam os conteúdos escolares com a realidade e a experiência do aluno devem estar fundamentadas em uma metodologia de aprendizagem ativa, de modo que o educando tenha liberdade e autonomia para ser construtor da sua aprendizagem, pois, para ele “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção” (FREIRE, 2017, p. 47).

Para que essa construção do conhecimento efetivamente ocorra, o teórico defende uma educação problematizadora ou conscientizadora, que proporciona o desenvolvimento da consciência crítica, da liberdade, favorecendo a superação da relação: opressor-oprimido. Tal concepção difere-se do modelo de educação bancária, na qual o educando é concebido como aquele ser passivo e oprimido que recebe a transferência do conhecimento, cabendo ao professor o papel ativo, opressor e detentor do conhecimento e do poder. (MIZUKAMI, 1986).

Assim, compreende-se que no processo de construção do conhecimento, que não se limita apenas aos espaços educacionais formais, o aluno deve ser protagonista do próprio processo de aprendizagem e para tanto

o educando precisa assumir-se como tal, mas assumir-se como educando significa reconhecer-se como sujeito que é capaz de conhecer o que quer conhecer em relação com o outro sujeito igualmente capaz de conhecer, o educador e, entre os dois, possibilitando a tarefa de ambos, o objeto de conhecimento. Ensinar e aprender são assim, momentos de um processo maior - o de conhecer, que implica re-conhecer (FREIRE, 2003b, p.47).



A partir das ideias acima expostas, percebe-se que o pensamento educacional de Freire está pautado na ideia de uma educação transformadora como prática da liberdade, baseada na problematização e voltada para a autonomia, diálogo e conscientização do sujeito. Suas ideias também são interpretadas no contexto de outras correntes, tendências e abordagens pedagógicas ampliando assim, o escopo analítico sobre o seu pensamento educacional.

Envidando esforços reflexivos às ideias freirianas, muitos estudiosos se propuseram a interpretá-las e classificá-las. Um deles foi Bertrand (2001) que, com base nas teorias pedagógicas da aprendizagem, inseriu o pensamento de Freire na Teoria Social. Nesta teoria defende-se uma educação voltada para preparação dos alunos, capacitando-os para resolverem os problemas sociais, culturais e ambientais, direcionando seus estudos para questões relacionadas às desigualdades sociais e culturais, o elitismo, os problemas ambientais e impactos da industrialização e da tecnologia, bem como para as formas de segregação das pessoas no meio social.

Já de acordo com a categorização das Teorias da Aprendizagem feita por Mizukami (1986), Paulo Freire faz parte da Abordagem Sociocultural da Aprendizagem. Nela, há uma ênfase no sujeito, porém o que predomina é a tendência interacionista, pois esta defende que é a partir das interações do homem com o mundo que a aprendizagem acontece. A construção do sujeito se dá “na medida em que, integrado ao seu contexto, reflete sobre ele e com ele se compromete, tomando consciência de sua historicidade” (MIZUKAMI, 1986, p. 55). Observa-se que, conforme essa teoria, o desenvolvimento do conhecimento ocorre na relação entre pensamento e prática social.

No que se refere às tendências pedagógicas proposta por Libâneo (2003), Freire se inclui na tendência Progressista Libertadora. Esta propõe uma educação voltada para a autonomia, criticidade e transformação da sociedade, na qual os conteúdos de ensino devem ser extraídos do ambiente em que as pessoas vivem, relacionando-se de tal forma que desperte no aluno o interesse e o gosto pela aprendizagem.

Ainda conforme essa tendência, o ensino deve acontecer por meio do diálogo entre professor e aluno, não havendo hierarquia entre ambos, mas sim um trabalho colaborativo para que juntos possam chegar à aprendizagem. Dessa forma, depreende-se que, a partir do “diálogo, como método básico, a relação é horizontal, onde educador e educandos se posicionam como sujeitos do ato do conhecimento” (LIBÂNEO, 2003, p. 24).

Logo, deve-se partir do diálogo e da problematização da realidade concreta do aluno para que a aprendizagem aconteça, pois segundo Freire, só assim o conhecimento produzido fará sentido para o educando. Nesse processo, o teórico ainda ressalta que a aprendizagem não seja imposta, mas construída por meio da reflexão crítica sobre as situações de opressão, configurando-se como um instrumento para possíveis transformações sociais, pois segundo ele:

...é preciso que educação esteja- em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugue (FREIRE, 2006, p.45).



De acordo com o educador, a construção do conhecimento ocorre a partir do momento em que o homem tem a possibilidade de debater, discutir, dialogar a fim de compreender a realidade circundante, permitindo, assim, construir a história das mudanças e das transformações.

Diante das ideias apresentadas, Paulo Freire buscou pensar uma educação para além da sala de aula, capaz de desenvolver pessoas autônomas, críticas e reflexivas, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, defendeu uma educação voltada para a inserção das classes populares na escola, a fim de que estas tivessem oportunidades de construir conhecimentos e se tornarem críticas a ponto de passarem da condição de oprimidas para protagonistas e transformadoras da sua própria realidade.

A Educação Profissional e Tecnológica: Percursos e desafios na construção de um novo paradigma

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil vem assumindo diferentes contornos ao longo dos anos, saindo de uma perspectiva originária assistencialista para uma estratégia de ação política e transformação social, cujo propósito não é apenas contribuir para o desenvolvimento econômico e tecnológico do país, mas também “fortalecer o processo de inserção cidadã para milhões de brasileiros” (BRASIL, 2010, p.18). Configurando-se, desta forma, como um modelo educacional que proporcione às pessoas o efetivo acesso às conquistas científicas e tecnológicas.

Sua criação, alicerçada nessa perspectiva assistencialista, inicia-se em 1909 com a implantação de 19 escolas de Artes e Ofícios em diferentes unidades da federação. Kuenzer (2007, p. 27), aponta que estas tinham a “finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas”, caracterizando-se com política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho.

Tal fato também foi ressaltado por Moura (2007), ao discutir sobre a história da educação profissional no País, demonstrando o quanto o momento histórico favoreceu o desenvolvimento daquele modelo educacional, pois segundo ele:

...essa lógica assistencialista com que surge a educação profissional é perfeitamente coerente com uma sociedade escravocrata originada de forma dependente da coroa portuguesa, que passou pelo domínio holandês e recebeu a influência de povos franceses, italianos, poloneses, africanos e indígenas, resultando em uma ampla diversidade cultural e de condições de vida ao longo da história - uma marca concreta nas condições sociais dos descendentes de cada um destes segmentos (MOURA, 2007, p.6).

Após a implantação das Escolas de Artes e Ofícios, as mudanças no âmbito social, político e econômico, advindas com o processo de industrialização pelo qual passava o país a partir de 1930, passaram a exigir profissionais cada vez mais especializados para a indústria, o comércio e a prestação de serviços, ampliando assim a necessidade de mão de obra qualificada. Como consequência desse processo de industrialização e modernização das relações de produção, a classe dirigente precisou voltar suas atenções para a educação, com o intuito de que esta atuasse na preparação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Ainda neste período, mais precisamente em 1937, as Escolas de Artes e Ofícios foram



transformadas em Liceus Industriais. Desta forma, os Liceus passaram a trabalhar de maneira articulada com a expansão da indústria, que como consequência passou a se desenvolver mais rapidamente, pois seu crescimento estava intimamente ligado à formação de mão de obra qualificada, o que naquele momento ainda era bastante escasso no País (BRASIL, 2011).

Com o amplo crescimento econômico, os reflexos também foram vistos na educação, e em 1942, os Liceus Industriais foram transformados em Escolas Industriais e Técnicas. Além desta, outra grande mudança foi realizada na estrutura educacional Brasileira: a equiparação do ensino profissionalizante e técnico ao nível médio, na gestão do então Ministro da Educação Gustavo Capanema.

A partir de 1959, iniciou-se o processo de transformação das Escolas Industriais e Técnicas em autarquias, levando-as a ganhar autonomia didática e de gestão, passando assim, a serem denominadas Escolas Técnicas Federais. Este fato ampliou a formação de técnicos, mão de obra imprescindível diante da crescente demanda resultante do processo de industrialização.

Na década de 1970, instaurou-se uma profunda mudança na educação básica brasileira com a Lei 5.692/71, que reformou o Ensino de 1º e 2º Grau, transformando de maneira compulsória todo currículo do segundo grau em técnico-profissional.

Ao analisar esta lei, Moura (2007), destacou o seu real sentido: eliminar a dualidade estrutural que fundamenta a criação da educação profissional no país. Porém, na prática não foi o que efetivamente aconteceu, pois a compulsoriedade ficou circunscrita apenas ao âmbito público, enquanto a maioria das escolas privadas continuou com seus currículos propedêuticos voltados para as ciências, letras e artes visando o atendimento às elites.

Além desta lei, os anos de 1970 também foram marcados pela criação dos Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CEFET), resultado da crescente aceleração da economia e do aumento da procura pelo ensino técnico e profissionalizante. Fato este, retratado por Silva (2009, p.7) ao afirmar que: “Em 1978, três escolas federais, do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná são transformadas em centros federais de educação tecnológica (CEFET) equiparando-se, no âmbito da educação superior, aos centros universitários”.

A partir de 1980, especificamente em 1982, em virtude do contexto de retração da economia e dificuldade de implantação da obrigatoriedade da profissionalização no ensino de 2º grau é promulgada a Lei nº 7.044/827, revogando, assim, a Lei nº 5.692/71, ou seja, decretou-se o fim da compulsoriedade da formação técnico-profissional no segundo grau.

Em 1994, a Lei Federal nº 8.984 instituiu no país o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, resultando na transformação das Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). O que em 1978 estava circunscrito apenas a Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná, ampliou-se para todo o país, abrindo caminho também para que as Escolas Agrotécnicas Federais fossem integradas a esse processo. No entanto, a implantação de novos Centros Federais só ocorreu efetivamente a partir de 1999 (BRASIL, 2010).

Ressalta-se também, que nesse período houve a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) que forneceu as bases para criação do decreto Federal 2.208/97. De acordo com Manfredi (2002), após aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, toda instituição de



educação, quer seja privada ou pública, deveria se ajustar às novas diretrizes educacionais que entrava em vigor. Além disto, estas também provocaram mudanças no ensino técnico profissionalizante promovendo a separação das disciplinas de formação geral daquelas destinadas à formação técnico-profissional.

Após muitas discussões, os anos 2000 abriram espaço para uma reorientação das políticas federais para a Educação Profissional e Tecnológica, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Em 2004, através do Decreto 5.154/04, ocorreu uma reintegração do ensino técnico ao médio. Somado a isto, a rede federal de educação tecnológica ganhou autonomia para criação e implantação de cursos em todos os níveis da educação profissional e tecnológica e as Escolas Agrotécnicas Federais foram autorizadas a ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação, favorecendo assim, a verticalização do ensino em todos os níveis de educação (BRASIL, 2010).

Nesse contexto, iniciou-se também o processo de ampliação no número de escolas federais de Educação Profissional e Tecnológica, o que acabou gerando reflexos mais amplos para a educação brasileira. A primeira fase dessa expansão começou a partir de 2006, no entanto, o grande salto ocorreu em 2008, através do decreto-lei nº 11.892, na qual além do crescimento, a rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica assumiu também uma nova configuração, com concepções, objetivos e diretrizes diferenciadas, materializadas através da estruturação dos Institutos Federais de Educação definidos como:

Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas (BRASIL, 2008, não paginado).

É preciso ressaltar que hoje além dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, fazem parte também da rede federal de educação profissional e tecnológica os Centros Federais de Educação Tecnológica e as Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais e Universidade Tecnológica Federal.

Essas instituições passaram a implementar um novo modelo educacional, no qual o foco deslocou-se do fator econômico, que até então era aspecto primordial do fazer pedagógico das escolas profissionalizantes, para a busca pela qualidade social orientada para a formação integral de cidadãos-trabalhadores emancipados. Neste contexto a educação passou a ser compreendida como:

...compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (PACHECO, 2010, p.12).

A autora supracitada ainda afirma que os Institutos apresentam características de inovação e ousadia, imprescindíveis para quem busca antecipar as bases de uma escola contemporânea do futuro, ligada a uma formação mais ampla e comprometida com uma sociedade democrática e



socialmente justa.

Observa-se que os novos paradigmas defendidos pela Educação Profissional e Tecnológica buscam a formação do aluno de maneira integral articulando capacitação técnica e tecnológica com formação humana, buscando a construção de um sujeito autônomo capaz de transformar a realidade social.

Material e métodos

A presente pesquisa voltou-se para a análise da relação entre as ideias de Paulo Freire e a Educação Profissional e Tecnológica. Com o propósito de dar consistência à referida investigação, o estudo baseou-se na seguinte problemática: em quais aspectos é possível observar a influência das ideias de Paulo Freire no novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica?

A fim de responder esse questionamento, optou-se pelo estudo qualitativo de cunho bibliográfico mediante levantamento das obras de Paulo Freire e da análise de documentos referentes à lei n° 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que cria os Institutos Federais e outro elaborado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 2010, que define a concepção e diretrizes desse novo modelo educacional. Os conhecimentos obtidos por meio desse estudo foram correlacionados aos saberes adquiridos através da leitura de livros, artigos científicos e documentos eletrônicos que versam sobre o tema.

Resultados e discussão

As ideias de Paulo Freire e os novos paradigmas da educação profissional e tecnológica: Analisando as aproximações

Analisando a lei de n° 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, observa-se que uma das suas finalidades e características, presente no artigo 6°, inciso V é: “constituir-se em centro de excelência na oferta de ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento do espírito crítico, voltado à investigação empírica” (BRASIL, 2008, não paginado).

Freire também defende que as instituições educacionais atuem promovendo o pensamento crítico, não apenas de alunos, mas também de professores, a fim de que estes possam tornar-se pessoas cada vez mais conscientes de seu contexto e de sua condição enquanto ser humano.

No entanto, para que o desenvolvimento da capacidade de pensar criticamente aconteça dentro das instituições federais, o atual modelo de EPT propõe, em seu documento intitulado “*Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia: um novo modelo de educação profissional e tecnológica: Concepção e diretrizes*” que se deve “ir além da compreensão da educação profissional e tecno-



lógica como mera instrumentalizadora de pessoas para o trabalho determinado por um mercado que impõem seus objetivos” (BRASIL, 2010, p. 22).

Freire também defende que transformar a experiência educativa em puro treinamento ou adestramento é tornar pequeno demais o que há de fundamentalmente humano no exercício educativo: o seu caráter formador. Essa concepção fica ainda mais clara quando o teórico afirma que “numa era cada vez mais tecnológica como a nossa, será menos instrumental uma educação que despreze a preparação técnica do homem, como a que dominada pela ansiedade de especialização, esqueça-se de sua humanização” (FREIRE, 2007, p.35).

Assim, Freire considera que a educação deve trabalhar tanto a humanização quanto a profissionalização do sujeito, pois ambas são indispensáveis para se viver numa sociedade tecnológica. Desta forma, no novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica objetiva-se a formação geral do educando e não apenas sua preparação para o trabalho, ou seja, uma “formação humana integral, que sugere superar o ser humano dividido historicamente pela divisão social do trabalho entre a ação de executar e a ação de pensar, dirigir ou planejar” (RAMOS, 2014, p. 84). Essa superação se dará por meio de um modelo de educação voltada para a o desenvolvimento do sujeito em suas múltiplas capacidades.

Os novos paradigmas da Educação Profissional também defendem a educação permanente e a elevação da escolaridade, através da oferta de várias modalidades de ensino “pautando-se no compromisso de assegurar aos profissionais formados a capacidade de manter-se permanentemente em desenvolvimento” (BRASIL, 2010, p.6). Tal proposta coaduna-se à ideia de Freire (2017), quando este afirma que o ser humano é um ser inacabado, e essa consciência do mundo e consciência de si como ser inacabado circunscreve-o num processo constante de busca, pois segundo o teórico, é na inconclusão do ser que se funda a educação como um processo permanente.

Para a concretização dessa educação, Freire propôs que o currículo escolar deve ser construído a partir da realidade vivenciada pelos educandos. Os conteúdos devem partir do próprio contexto em que o aluno está inserido, para que possam relacionar a realidade com os conhecimentos sistematizados. Na EPT, também se sugere que o currículo escolar seja composto por conteúdos da realidade vivenciada pelos alunos, pois se compreende que nestas instituições deve-se buscar uma educação que

possibilite ao indivíduo o desenvolvimento de sua capacidade de gerar conhecimentos a partir de uma prática interativa com a realidade. Ao mergulhar em sua própria realidade, esses sujeitos devem extrair e problematizar o conhecido, investigar o desconhecido para poder compreendê-lo e influenciar a trajetória dos destinos de seu lócus de forma a tornar-se credenciados a ter uma presença substantiva a favor do desenvolvimento local e regional (BRASIL, 2010, p. 22).

Na concepção de Freire é imprescindível, no processo educacional, que os educandos façam esse mergulho na própria realidade para extrair e problematizar o conhecido, pois para ele, a problematização é: “[...] processo em que estudantes e professores fazem perguntas críticas acerca do mundo em que vivem, sobre as realidades materiais que ambos experimentam cotidianamente e em



que refletem sobre quais ações eles podem realizar para mudar essas condições materiais” (AU, 2011, p. 251).

Observa-se que as ideias de Freire estão pautadas numa perspectiva de educação que considera o contexto sociocultural. Logo, os conteúdos escolares devem correlacionar-se com a realidade local do indivíduo, devendo partir do questionamento sobre os problemas locais para estimular o senso crítico do aluno, ou seja

[...] uma educação que jamais separe do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais. É a que respeita os educandos, não importa qual seja sua posição de classe e, por isso mesmo, leva em consideração, seriamente, o seu saber de experiência feito, a partir do qual trabalha o conhecimento com rigor de aproximação aos objetos. É o que trabalha, incansavelmente, a boa qualidade do ensino, a que se esforça em intensificar os índices de aprovação através de rigoroso trabalho docente (FREIRE, 2001, p. 50).

A transformação democrática da sociedade, por meio de um ensino em que não haja distinção de classe social é outro propósito fundamental ao qual a educação, defendida por Freire, se destina. Esse propósito também pode ser visto nos objetivos da EPT, através da lei de criação dos Institutos, no seu artigo 7º, inciso V, no qual está descrito: “estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional” (BRASIL, 2008, não paginado). Busca-se com esse processo formativo, que o cidadão possa se inserir no seu contexto social de maneira mais substantiva, contribuindo desta forma, para transformá-lo, minimizando as desigualdades sociais e favorecendo o progresso socioeconômico.

Outro aspecto presente nos objetivos da EPT e citado na lei é a questão da emancipação do cidadão. De acordo com Zatti (2016), esta emancipação encontra-se ligada à cidadania, e esta, ao desenvolvimento socioeconômico local e regional. Logo, na compreensão desse autor, a emancipação está definida como relacionada à transformação da realidade na qual estas instituições se inserem, o que também está de acordo com a concepção de educação emancipatória defendida por Paulo Freire.

É importante elucidar que a emancipação humana tratada por Freire deve ser efetivada por meio da práxis, na luta a favor da libertação das pessoas que têm suas vidas desumanizadas pela opressão e pela dominação social. Nessa perspectiva, a educação deve criar condições para que as pessoas intervenham no mundo, a partir de um “sonho ético-político de superação da realidade injusta” (MOREIRA, 2010, p. 146).

Pacheco (2010), também aponta que a emancipação é um dos objetivos fundamentais da EPT. Logo, para que essa educação atinja tal objetivo, ela deve estar atrelada a uma formação integral, ou seja, uma formação que articule trabalho, ciência, cultura e tecnologia.

Nessa articulação, Ramos (2014), ressalta a necessidade de incluir a reflexão e apreensão sobre a realidade, uma vez que “a compreensão do real como totalidade exige que se conheçam as



partes e as relações entre elas, o que nos leva a constituir seções tematizadas da realidade” (RAMOS, 2014, p 88). Desta forma, depreende-se que, ao se trabalhar os conteúdos do currículo escolar relacionando-os com a realidade social dos alunos, a aprendizagem tende a se tornar mais interessante.

Assim, o processo cultural e histórico que o aluno vivencia no seu cotidiano, deve fazer parte do currículo escolar, a fim de proporcionar uma aprendizagem significativa para o discente. “Uma formação integrada, portanto, não somente possibilita o acesso a conhecimentos científicos, mas também promove a reflexão crítica sobre os padrões culturais que se constituem normas de conduta de um grupo social” (RAMOS, 2014, p. 90).

Destarte, percebe-se que tanto nas ideias defendidas por Freire quanto nas concepções de autores como Ramos (2014) e Pacheco (2010), que discutem a educação profissional na atualidade, e no documento referente à concepção e diretrizes da Educação Profissional, os conteúdos escolares devem ser relacionados diretamente com a realidade vivenciada pelos alunos. A justificativa para isso é que o ensino deixe de ser apenas livresco e passe a fazer parte da vivência do aluno, para que, dessa forma, a aula se torne mais atraente e conseqüentemente, a aprendizagem aconteça de maneira significativa.

Segundo a proposta curricular para a EPT

[...] o que se busca é garantir ao adolescente, ao jovem e ao adulto trabalho o direito de uma formação plena, que possibilite o aprimoramento da sua leitura do mundo, fornecendo-lhes a ferramenta adequada para aperfeiçoar a sua atuação como cidadãos de direitos (BRASIL, 2012, p. 28).

Desta forma, compreende-se que as práticas educacionais devem estar articuladas para garantir a formação plena do aluno, ampliando as suas potencialidades e capacidades, permitindo assim, desenvolver-se como um cidadão com direitos e deveres.

Para que essa formação plena ocorra, Freire situa o diálogo como um dos elementos fundamentais, pois é através das discussões, das trocas de experiência e da interação entre os homens que o processo de aprendizagem vai se constituindo, possibilitando, desta forma, que o educando desenvolva uma leitura crítica do mundo.

Freire compreende que os espaços educacionais são fundamentais para possibilitar essa interação. Tal pensamento aparece na concepção e diretrizes da EPT como um grande desafio das instituições federais, pois também se defende que estes locais devem se tornar: “espaços de referência do estar junto do coletivo, da troca de sentido, enfim de relações de negociações de sentidos” (BRASIL, 2010, p.23), proporcionando assim, a construção e democratização do conhecimento.

No atual modelo de educação profissional, exige-se que seus atores “sejam construtores de si, criando seu próprio ambiente, não apenas se adaptando ao mundo existente, mas acima de tudo construindo um novo mundo” (BRASIL, 2010, p.25). Tal afirmação revela que, assim como nas ideias de Paulo Freire, o aluno não deve ser passivo, mas sim construtor do próprio conhecimento, pois, para o referido educador “é preciso que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de receptor da que lhe seja transferida pelo professor” (FREIRE, 2017, p. 121). O aluno tem papel ativo na construção da sua aprendizagem.



Nesse processo de construção do conhecimento Freire ainda afirma que o professor deve ser um ser “aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, as sua inibições; um ser crítico e inquiridor” (FREIRE, 2017, p. 47), revelando desta forma, o comportamento inquieto que o professor deve ter diante da tarefa de ensinar.

O teórico ainda considera que o papel do professor deva ser o de gerir e coordenar o ambiente escolar para a que a aprendizagem aconteça, criando situações de debates, a partir de palavras geradoras, proporcionando sempre a autonomia do educando e permitindo que ele seja construtor da sua própria aprendizagem por meio de uma relação dialógica, pois é através do diálogo que o homem tem condições de ampliar o seu conhecimento sobre o mundo, a fim de libertar-se (FREIRE, 2003a).

Essa preocupação com a atuação docente também está presente nos princípios que norteiam a EPT, já que exige dos seus formadores:

...domínio de conteúdos e técnicas laborais e de metodologias de aprendizagem que estejam sintonizados com a realidade concreta [...], [incitando] os sujeitos da educação profissional para que se coloquem verdadeiramente como sujeitos da reflexão e da pesquisa, aberto ao trabalho coletivo e a ação crítica cooperativa (BRASIL, 2010, p. 30).

A partir da ideia acima exposta, percebe-se uma preocupação com o desenvolvimento de metodologias de aprendizagem que estejam articuladas com a realidade concreta do aluno, coadunando assim, com a visão educacional de Paulo Freire.

Nessa perspectiva, o professor deve ser um coordenador da aprendizagem dos alunos, não apenas proporcionando a busca de conhecimentos escolares, mas também criando situações para o aluno aprender a pensar e a ser crítico sobre as suas condições sociais. Na concepção do teórico, o papel do professor não se encerra no ensino e nos conteúdos de sua disciplina, “deve enfatizar também aos meninos e às meninas pobres como aos ricos o dever que temos de permanentemente nos indagar de a favor de que e de quem fazemos ciência” (FREIRE, 2000, p. 44). Dessa maneira, o educador ensina o aluno a não aceitar suas condições sociais e a lutar para modificar essa situação.

Aproximando-se desse pensamento de Freire, a EPT também busca o desenvolvimento de uma formação capaz de tornar o trabalhador, “um agente político, para compreender a realidade e ser capaz de ultrapassar os obstáculos que ela apresenta, de pensar e agir na perspectiva de possibilitar as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um outro mundo possível” (BRASIL, 2010, p.33).

Outra aproximação observada referente ao pensamento educacional de Freire diz respeito à questão da autonomia. O documento sobre a concepção e diretrizes dos Institutos embasa-se na ideia de autonomia defendida pelo teórico ao discorrer que “preparar para a autonomia significa educar para a liberdade” (BRASIL, 2010, p. 36). Assim, a ideia de autonomia defendida por Freire está ligada à nova configuração dos Institutos Federais, uma vez que, a partir da lei de criação nº 11.892/2008, passam a ter mais liberdade, ou seja, mais autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-científica e disciplinar.

Ainda no referido documento, ele discorre que:



...somente um indivíduo autônomo possui condições de entender as contradições que permeiam o mundo em que vive. Questioná-las e agir no sentido de canalizar as oportunidades dessa sociedade para mudanças qualitativas e apresentar alternativa aos desafios e ameaças (BRASIL, 2010, p.36).

Tal citação também pode ser compreendida em sua estreita ligação com o processo educativo, tendo em vista que uma das propostas da EPT é criar as condições para que o indivíduo devolva sua capacidade de questionar, de julgar, de tomar decisões, de pensar de maneira crítica, constituindo-se desta forma, como um ser autônomo, pois segundo o teórico:

[...] uma das tarefas mais importantes da prática educativa-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiam a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar (FREIRE, 2017, p. 42).

Dessa forma, compreende-se que ter a capacidade de assumir-se, significa torna-se autônomo, contudo essa autonomia não é algo natural e sim uma construção cultural, desenvolvida a partir da relação do homem com os outros e destes com o conhecimento. Sendo assim, o ato de ensinar torna-se imprescindível para o seu desenvolvimento. Ressalta-se que na proposta pedagógica de Freire a autonomia é fundamental para a construção de uma sociedade democrática e para criar condições de participação política, onde as pessoas possam expressar seus anseios e suas opiniões revelando, desse modo, o modelo de sociedade que almejam.

Conclusões

Diante da análise empreendida, verificou-se que alguns dos objetivos, finalidades, bem como concepção e diretrizes da EPT se aproximam do pensamento educacional de Freire, revelando sua influência na construção do novo paradigma da Educação Profissional.

Ao estudar sobre a concepção e diretrizes da Educação Profissional na atualidade, depara-se com a defesa de uma educação permanente, na qual os trabalhadores possam continuamente elevar sua escolarização, através da verticalização do ensino. Essa ideia de educação permanente também faz parte das concepções freirianas, que pregam um processo educativo a partir do entendimento do homem como ser inacabado, inconcluso que está sempre buscando evoluir.

O pensar criticamente como requisito fundamental para desenvolvimento da capacidade de tomar decisões e exercer a responsabilidade social e política é defendido por Freire e pela EPT. Ambos compreendem que a educação tem o papel de promover a construção do espírito crítico, levando o homem a refletir sobre a sua realidade.

Através da ampliação da capacidade de refletir sobre a realidade, é que os sujeitos terão maiores condições de agir sobre ela, comprometendo-se a mudá-la pelo fato de se sentir participante dela. Essa ideia Freiriana também remete à proposta da EPT, que busca uma educação que pro-



porcione uma inserção de maneira substantiva do sujeito no meio social, levando-o a ser capaz de realizar as mudanças necessárias no seu contexto.

Para a construção dessa educação, Freire e o novo paradigma da EPT propõem uma educação que se preocupe tanto com a formação humana quanto para o trabalho, pois, ambos compreendem que a educação deve trabalhar não somente a humanização, mas também a profissionalização do sujeito, visto que estas formações são indispensáveis para viver numa sociedade tecnológica.

Quanto às práticas de ensino, a Educação Profissional e as concepções de Freire preveem uma relação de interação e trocas de experiências, baseadas no diálogo entre os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem e partindo da realidade concreta do aluno para que o conhecimento seja construído. Assim, o professor não é um sujeito apenas transmissor do conhecimento, mas é um mediador do diálogo para que a aprendizagem aconteça de forma interativa e participativa.

No novo modelo de Educação Profissional, assim como nas ideias de Paulo Freire, o aluno é visto como um ser ativo e construtor do próprio conhecimento. Ele é autônomo e criativo e é participante do seu processo de desenvolvimento, tendo um papel fundamental na construção da sua aprendizagem.

Desta forma, compreende-se que a transformação social, a autonomia e emancipação são os pilares nos quais se fundamentam a perspectiva educacional assentada nas ideias de Freire e nos princípios que norteiam a EPT, pois quando se educa para autonomia, prepara-se para liberdade, para que homens e mulheres tenham condições de se desvencilhar das amarras dominantes da sociedade vigente e exercer de maneira plena seus direitos enquanto cidadãos, levando a transformações que proporcione a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consequentemente democrática.

Assim, é possível perceber que as ideias de Paulo Freire continuam presentes ao longo do tempo e são observadas nas perspectivas educacionais atuais, mormente nas concepções da educação profissional, conforme observados nos documentos que a rege. Uma vez que esses documentos são baseados em concepções e diretrizes voltadas para a construção de uma educação para a democracia, comprometida com a inclusão social e com a formação de pessoas autônomas, críticas, participativas e transformadoras da realidade em que vivem, por meio do conhecimento.

Referências

AU, W. **Lutando com o texto: contextualizar e recontextualizar a pedagogia crítica de Freire**. In: APPLE, Michael W; AU, Wayne; GANDIN, Luís A. **Educação crítica: análise internacional**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores**. São Paulo: Arte e Ciência, 1998.

BERTRAD, Y. **Teorias contemporâneas da educação**. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.



BRASIL. **Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes.** Brasília, DF: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2010.

BRASIL. **O surgimento das escolas técnicas.** Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/10/surgimento-das-escolas-tecnicas>. 2011. Acesso em: 16 abr. 2019.

BRASIL. Parecer nº 11 de maio de 2012. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 22 abr. 2015

DELORS, J. (Coord.) **Educação: um tesouro a descobrir.** Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2010.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas a outros escritos.** São Paulo: UNESP, 2000.

FREIRE, P. **Política e Educação: ensaios.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003a.

FREIRE, P. **Cartas a Cristina: reflexões sobre a minha vida e minha práxis.** 2. ed. São Paulo: UNESP, 2003b.

FREIRE, P. **Conscientização: Teoria e prática da libertação: Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire.** 3ª ed.; São Paulo: Centauro, 2006.

FREIRE, P. **Educação e mudança.** 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

KUENZER, A. Z. (Org). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2007.

LIBÂNEO, J. C.. **Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos.** 19. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. (Coleção Educar).



TORRES, C. da S.; BEZERRA, P. de C.; OLIVEIRA, C. A. de; LORENZO, V. P. (2019).
A influência das ideias de Paulo Freire no novo modelo de Educação Profissional e Tecnológica

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MOREIRA, C. E. Criticidade. IN: REDIN, Euclides; STRECK, Danilo Romeu.; ZITKOSKI, Jaime José (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicolleti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s. l.], v. 2, p. 4-30. 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/11>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PACHECO, Eliezer. **Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília, DF: MEC; SETEC, 2010.

RAMOS, M. N. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica; v. 5).

SILVA, C. J. R. (Org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões**. Natal: IFRN, 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=3753-lei-11892-08-if-comentadafinal&Itemid=30192. Acesso em: 10 abr. 2019.

ZATTI, V. Institutos Federais de Educação: um novo paradigma em educação profissional e tecnológica? **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v.11, n.3, p.1461-1480, jul./set. 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7555>. Acesso em: 12 abr. 2019.